



DIÁRIO OFICIAL

da Câmara

República Federativa do Brasil
Estado do Pará - Belém

CIRCULAÇÃO: 24, 25, 26, 27 e 28 de abril de 2017.

ANO XXXIV Nº 1731

CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM

MESA DIRETORA

MAURO CRISTIANO FREITAS

Presidente – PSDC

JOHN WAYNE HOLANDA PARENTE

1º Vice-Presidente – PMDB

GLEISSON OLIVEIRA DA SILVA

2º Vice-Presidente – PSB

ANTONIO OLIVEIRA DE LIMA

1º Secretário – PRB

ELENILSON JOSÉ SANTOS DA COSTA

2º Secretário – PTdoB

CLEOSON SOUZA DA SILVA

3º Secretário – PR

JOSÉ MARIA DE SOUZA DINELY

4º Secretário – Líder do Bloco PSC / PPS

VEREADORES

BLOCO PSDC / PTdoB

PTdoB RILDO DE OLIVEIRA PESSOA – Líder

BLOCO PMN / SOLIDARIEDADE / PEN / PR

PMN FABRÍCIO PEREIRA DA GAMA – Líder

Solidariedade JOSÉ WILSON COSTA ARAÚJO

PEN MARCIEL SARAIVA DE ALMEIDA

BLOCO PSD / PTC

PSD SILVANO OLIVEIRA DA SILVA – Líder

GUSTAVO BEMERGUY SEFER

PTC LUIS ANTONIO DA COSTA PINHEIRO JÚNIOR

VICTOR ORENGEL DIAS

BLOCO PMDB / PHS

PHS IGOR WANDER CENTENO NORMANDO – Líder

PMDB BLENDIA CECÍLIA ALVES QUARESMA

JOAQUIM ARISTIDES ARAÚJO CAMPOS

BLOCO PSB / PSDB / PTB

PSB IGOR GUAPINDAIA DE ANDRADE – Líder

PSDB NEHEMIAS GUEDES VALENTIM – Líder do Governo

PTB PAULO EDUARDO MAESTRI BENGTON

BLOCO PSC / PPS

PSC CELSO SABINO DE OLIVEIRA SOBRINHO

PPS WELLINGTON PROGÊNIO MAGALHÃES

BLOCO PDT / PP / PSL

PDT MARCO ADRIANO ALBUQUERQUE COELHO – Líder

HENRIQUE DE CAMPOS SOARES JÚNIOR

PP JOSÉ EMERSON CAMPOS SAMPAIO

PSL NILTON SILVA DAS NEVES

BLOCO PCdoB / PT

PCdoB ALTAIR DE LIMA BRANDÃO – Líder

MOACIR IRAN NASCIMENTO MORAES FILHO

PT AMAURY DE SOUZA FILHO

BANCADAS

PSOL MARINOR JORGE BRITO – Líder

FERNANDO ANTONIO MARTINS CARNEIRO

FRANCISCO ANTONIO GUIMARÃES DE ALMEIDA

PRB IVANILDO LUIZ DE FRANÇA – Líder

SIMONE CAROLE CAMPELO KAHWAGE DOS SANTOS

ATO Nº 0548/2017, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2017.

A COMISSÃO EXECUTIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do Art. 44, Parágrafo Único, Inciso I, da Lei nº 7.502, de 20/12/90, PEDRO LOBATO GALVÃO DE LIMA, ocupante de Cargo em Comissão “Secretário Legislativo” Nível 02, do Gabinete do Vereador HENRIQUE SOARES, com efeitos a partir de 28/02/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, EM 28 DE FEVEREIRO DE 2017.

Ver. MAURO FREITAS

Presidente

Ver. ANTONIO OLIVEIRA DE LIMA

1º Secretário

Ver. ELENILSON SANTOS

2º Secretário

ATO Nº 0549/2017, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2017.

A COMISSÃO EXECUTIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do Art. 44, Parágrafo Único, Inciso I, da Lei nº 7.502, de 20/12/90, THIAGO MARTINS DA COSTA, ocupante de Cargo em Comissão “Secretário Legislativo” Nível 01, do Gabinete do Vereador IGOR ANDRADE, com efeitos a partir de 28/02/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, EM 28 DE FEVEREIRO DE 2017.

Ver. MAURO FREITAS

Presidente

Ver. ANTONIO OLIVEIRA DE LIMA

1º Secretário

Ver. ELENILSON SANTOS

2º Secretário

ATO Nº 0550/2017, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2017.

A COMISSÃO EXECUTIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do Art. 44, Parágrafo Único, Inciso I, da Lei nº 7.502, de 20/12/90, os servidores abaixo relacionados, ocupantes de Cargo em Comissão “Secretário Legislativo”, do Gabinete do Vereador IGOR NORMANDO, com efeitos a partir de 28/02/2017:

NÍVEL 01

FRANCISCO CARLOS MORAIS JÚNIOR

RAFAEL CABRAL BARRADAS

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, EM 28 DE FEVEREIRO DE 2017.

Ver. MAURO FREITAS

Presidente

Ver. ANTONIO OLIVEIRA DE LIMA

1º Secretário

Ver. ELENILSON SANTOS

2º Secretário

ATO Nº 0551/2017, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2017.

A COMISSÃO EXECUTIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do Art. 44, Parágrafo Único, Inciso I, da Lei nº 7.502, de 20/12/90, KEVISON TEIXEIRA ALEIXO, ocupante de Cargo em Comissão “Secretário Legislativo” Nível 01, do Gabinete do Vereador JOAQUIM CAMPOS, com efeitos a partir de 28/02/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, EM 28 DE FEVEREIRO DE 2017.

Ver. MAURO FREITAS

Presidente

Ver. ANTONIO OLIVEIRA DE LIMA

1º Secretário

Ver. ELENILSON SANTOS

2º Secretário

MATÉRIAS PUBLICADAS NESTA EDIÇÃO

ATAS	01
ATOS	08

DIÁRIO OFICIAL

da Câmara Municipal de Belém

Sede: Palácio "Vereador Augusto Meira Filho"

End: Travessa Curuzu, nº 1755 – Marco

CEP: 66093-802 Belém – Pará

Homepage: www.cmb.pa.gov.br

Editado: Divisão de Comunicação Social – DICOS/CMB

Responsável: Flávia Moreira Garcia de Lima – Chefe DICOS

Registro nº 2719 – DRT / PA

Impresso: Setor de Imprensa Oficial – SIOF/CMB

Responsável: Paulo Artur Neves – Chefe SIOF

ATO Nº 0552/2017, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2017.

A COMISSÃO EXECUTIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do Art. 44, Parágrafo Único, Inciso I, da Lei nº 7.502, de 20/12/90, os servidores abaixo relacionados, ocupantes de Cargo em Comissão "Secretário Legislativo", do Gabinete do Vereador MARCIEL SARAIVA DE ALMEIDA (MARCIEL MANÃO), com efeitos a partir de 28/02/2017:

NÍVEL 01

ELIFAS ALEXANDRE ALVES

IRLEY SARA FERNANDES DE CARVALHO PIMENTEL

LAILSON BARROS DA SILVA

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, EM 28 DE FEVEREIRO DE 2017.

Ver. MAURO FREITAS

Presidente

Ver. ANTONIO OLIVEIRA DE LIMA

1º Secretário

Ver. ELENILSON SANTOS

2º Secretário

ATO Nº 0553/2017, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2017.

A COMISSÃO EXECUTIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do Art. 44, Parágrafo Único, Inciso I, da Lei nº 7.502, de 20/12/90, os servidores abaixo relacionados, ocupantes de Cargo em Comissão "Secretário Legislativo", do Gabinete do Vereador MOA MORAES, com efeitos a partir de 28/02/2017:

NÍVEL 01

FRANCIROSY TEIXEIRA DOS SANTOS

KATIUCE MACEDO ALVES

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, EM 28 DE FEVEREIRO DE 2017.

Ver. MAURO FREITAS

Presidente

Ver. ANTONIO OLIVEIRA DE LIMA

1º Secretário

Ver. ELENILSON SANTOS

2º Secretário

"ATA DA SEXTA SESSÃO ESPECIAL DO PRIMEIRO PERÍODO DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA REALIZADA PARA DISCUTIR A PRIVATIZAÇÃO DA COSANPA, A PEDIDO DO SENHOR VEREADOR AMAURY DA APPD"

Aos dezessete dias do mês de março do ano de dois mil e dezessete às nove horas e cinquenta minutos, na Câmara Municipal de Belém, teve início esta sessão especial sob a presidência do vereador Amaury da APPD. Este chamou para compor a Mesa os senhores Eduardo de Castro Ribeiro Júnior (engenheiro, representante da Cosanpa), Pedro Blois (presidente da Federação Nacional dos Urbanitários), José Almir Rodrigues Pereira (coordenador do Campo de Pesquisa Integrada e Saneamento da UFPA), Ronaldo Romeiro Cardoso (representante do Sindicato dos Urbanitários do Pará), Martinho Souza (representante da CUT), Antonio Carlos Saboia (representante do Fórum Contra a Privatização da Cosanpa). Após a composição da Mesa, todos foram convidados a ouvir respeitosamente o Hino Nacional Brasileiro. Posteriormente o presidente informou sobre a presença dos vereadores Fernando Carneiro, Emerson Sampaio e Gustavo Sefer. Saudou a todos os componentes da Mesa em nome do ex-vereador de Belém, senhor Otávio Pinheiro. Saudou a todos os sindicalistas e ao público presente na pessoa da ex-vereadora de Belém, senhora Regina Barata. Chamou então para também compor a Mesa a senhora Eugênia Von Paumgarten (presidente do Sindicato dos Engenheiros – SENGE/PA). Solicitou posteriormente ao vereador Fernando Carneiro que assumisse a presidência da Mesa. Subiu em seguida à tribuna e declarou que esta sessão tem o objetivo de acumular conhecimento sobre a questão da privatização da Cosanpa de modo que se tenha maior condição de interferir neste processo. Acrescentou que o governo de Michel Temer apresenta como proposta para a recuperação da economia dos estados mal gestados a privatização das

companhias estaduais. Considerou que a experiência anterior de privatização da CELPA não traz boas recordações. Declarou ser necessário que o governo estadual invista na Cosanpa para que esta tenha condição de cumprir satisfatoriamente seu papel, pois, sendo a água um bem de todos, não podemos comungar em hipótese nenhuma com a privatização desse serviço. Não pode continuar a falta constante de água nos bairros de Belém fazendo com que a população passe por constrangimentos, mas recebendo no final do mês contas exorbitantes. Citou pesquisas recentes apontando que Belém está entre as cidades com os piores índices de saneamento do Brasil. Comunicou sobre proposta, já encaminhada à Mesa diretora da Casa, de realização de um plebiscito para consultar a população de Belém sobre a privatização ou não da Cosanpa. O presidente da Mesa, vereador Fernando Carneiro, registrou a presença dos senhores Gérson Dumont (coordenador do Movimento Popular de Saúde – MOPS), Raimundo Jorge (representante do Sindicato dos Servidores da Saúde – Sindsaúde - PA), Taís Ranieri (representante do Sindicato dos Trabalhadores das Instituições de Ensino Superior no Estado do Pará – SINDTIFES), Israel Pereira Rodrigues Júnior (presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos do Estado do Pará – SINCORT - PA), Leny Campelo (presidente estadual do Partido Pátria Livre – PPL), Reginaldo Foicinha da Silva (diretor da Federação Nacional dos Trabalhadores dos Correios – FENTECT), José Emílio Almeida (presidente da Associação dos Concursados do Pará – ASCONPA), Carlos Pimentel (presidente da Associação dos Empregados da Cosanpa – ASDECO – representando o Sindicato dos Aposentados), Alfredo Rodrigues de Sena (diretor do Sindicato dos Urbanitários do Estado do Pará), Carlos Ferreira (representante do Sindicato dos Trabalhadores em Condomínios do Pará – SINTRACON), Marcelo Mendes (professor e membro do Comitê Popular Urbano da Frente da Bacia do Una), Otávio Pinheiro (ex-vereador de Belém), Flávio Lauande (representante do Instituto Popular Eduardo Lauande) e Regina Barata (ex-vereadora de Belém e ex-deputada estadual). Após isto, o vereador Amaury Sousa reassumiu a presidência da Mesa. Assumiu então a palavra o senhor Eduardo Ribeiro que fez uma breve exposição do que fora apresentado no dia anterior em um seminário da Agência Reguladora Municipal dos Serviços de Água e Esgoto de Belém - AMAE. Expôs que em 1970 - através do Plano Nacional de Saneamento (PLANASA) - foram criadas as companhias estaduais de saneamento, inclusive a Cosanpa. Tal plano esteve em vigor até 1986, quando foi extinto o BNH, e contribuiu muito para a expansão da prestação dos serviços no país, principalmente de água. Em 1988, a Constituição Federal torna os municípios entes federativos, concedentes dos serviços locais tais como saneamento e transporte público. Em 2007 é promulgada a Lei Federal nº 11445, que passa a ser o novo marco regulatório do saneamento. Esta prevê que a outorga dos serviços de saneamento pode dar-se através do convênio de cooperação federativa entre governo estadual e municípios ou através de licitação. Em 2008 foi firmado o convênio de cooperação federativa entre o Governo do Pará e a Prefeitura Municipal de Belém para que a Cosanpa pudesse fazer o contrato com o município. Em 2010, foi publicado o Decreto nº 7217, que regulamenta a Lei nº 11445. Em 2013, o governo federal divulga o Plano Nacional de Saneamento. Em 2014, o Estado do Pará publica sua Política Estadual de Saneamento e o Município de Belém aprova o Plano Municipal de Saneamento. Em 2015, a PMB e a Cosanpa celebram contrato de programa dando início à regulação das atividades - tal contrato é regulado pela AMAE. O Plano Municipal de Saneamento é um anexo do contrato de programa. Nele estão estabelecidas as diretrizes e metas que a Cosanpa terá que cumprir ao longo da concessão - de trinta anos - de acordo com as premissas de universalização e melhoria dos serviços de fornecimento de água e de esgotamento sanitário para cumprir o que é estabelecido há três macros programas: desenvolvimento institucional, ampliação do sistema de abastecimento e ampliação do sistema de esgotamento sanitário. No desenvolvimento institucional há cinco grandes projetos que, uma vez implementados, permitirão a prestação de melhores serviços à população: gestão organizacional, controle de perdas de água, planejamento e controle operacional, plano de manutenção e desenvolvimento do sistema cadastral. As metas têm períodos de curto prazo (2014-2018), médio prazo (2019-2028) e longo prazo (2029-2033), de modo que em trinta anos a Cosanpa invista no fornecimento de água cerca de 922 milhões de reais no Município de Belém. No que tange ao esgotamento sanitário, os prazos de execução são os mesmos devendo ser investidos cerca de 1,7 bilhões de reais. O plano deve ser reavaliado e os valores envolvidos devem ser atualizados a cada quatro anos. Projeta-se que ao final de vinte anos a população em Belém atendida pela Cosanpa seja da ordem de 1,7 milhões de habitantes. Atualmente há na cidade cerca de 1610 quilômetros de rede, 188 mil ramais prediais, capacidade de reservação de 98 mil metros cúbicos e capacidade de produção de 6300 litros de água por segundo. Almeja-se atingir 2600 quilômetros de rede, 365 mil ramais prediais, 107 mil metros cúbicos de reservação e capacidade de produção de 8100 litros de água por segundo. Quanto ao esgotamento sanitário, almeja-se aumentar a rede de esgoto de cerca de 500 para 3500 quilômetros, aumentar o número de ligações prediais de 13 mil para 350 mil e a capacidade de tratamento de 615 litros por segundo para cerca de 3500 litros por segundo. Falou sobre um projeto, da ordem 250 milhões de reais, que está em fase captação de recursos e estabelece um programa de controle de perdas de água envolvendo a Unisul e Uninorte (unidades de negócio da Cosanpa correspondentes a cerca de 70% do mercado de Belém). Os recursos serão investidos na reabilitação de unidades operacionais, implantação de novos hidrômetros e substituição de hidrômetros antigos. Estabeleceu em seguida a diferença entre perda de água real e aparente. A perda aparente ocorre quando não há medição e o consumidor desperdiça água porque não pagará pelo desperdício (o que ocorre com cerca de 45% dos consumidores de Belém). Lembrou que Lei nº 11445 estabelece que o consumo de água seja medido. A universalização da medição levará à racionalização do consumo, redução de perdas e aumento do faturamento, assegurando a regularidade da prestação do serviço - áreas que hoje sofrem com a falta de água, porque há pessoas que estão consumindo muito, terão um melhor atendimento. As metas deste programa, no que tange à redução das perdas aparentes, são a implantação e substituição de 150 mil hidrômetros, cadastramento dos clientes, combate à fraude e educação sanitária e ambiental. Em relação às perdas reais, que ocorrem devido a vazamentos nas tubulações, prevê-se a implantação e substituição de 134 mil metros de rede de distribuição de

água, com a substituição de 88 quilômetros de tubulação em cimento amianto (implantada ainda na primeira metade da década de 60 do século passado), de forma a reduzir significativamente a perda de água na rua e a necessidade de manutenção da rede de distribuição. Para substituição dessas tubulações sem afetar tanto a vida na cidade será utilizada a mesma tecnologia adotada para a construção das vias para metrô, mas em um modelo reduzido. Acrescentou que hoje a Cosanpa cobra a menor tarifa de água do Brasil: R\$2,80 por metro cúbico. Expressou que para cumprir com o Plano de Saneamento é necessário encontrar uma alternativa de financiamento, porque com a tarifa cobrada hoje é impossível captar recursos e manter os serviços em Belém. Assumiu a palavra o senhor Pedro Blois e informou que a Federação Nacional dos Urbanitários congrega trabalhadores das empresas de saneamento, energia e gás e tem como princípio fundamental a defesa da universalização do acesso aos serviços públicos de saneamento, energia e gás, prestados com qualidade e com controle social no país. Informou que a Organização Mundial de Saúde define saneamento como o controle de todos os fatores do meio físico do homem, que exercem ou podem exercer efeitos nocivos sobre o bem-estar físico, mental e social do ser humano. Considerou que em Belém falta abastecimento de água, esgotamento sanitário, tratamento dos resíduos sólidos (lembrou o caos em que a cidade ficou há poucos dias com a interdição do acesso à área de descarte de dejetos em Marituba) e drenagem pluvial. Aditou que isso provoca a proliferação de doenças que tem veiculação hídrica (dengue, chikungunya, zica e febre amarela). Considerou que houve avanços no setor de saneamento no governo do presidente Lula, haja vista que após a extinção do PLANASA e do BNH o país ficou sem uma legislação clara nesta área. Lembrou que o Projeto de Lei Complementar 199/93 (PLC 199/93) - amplamente discutido em vários segmentos da sociedade e que definia uma política de saneamento para o país - foi vetado na íntegra pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso. Houve avanços nos governos subsequentes com a criação do Ministério das Cidades, das Secretarias Nacionais de Saneamento, de legislações específicas, do Conselho Nacional das Cidades e da Conferência Nacional das Cidades. Listou então os desafios que existem atualmente: estabelecimento da água e saneamento como direitos, aplicação da legislação existente e universalização do acesso aos serviços. Acrescentou que com o advento da Lei 11445/07 foram criados os mecanismos necessários para definir o valor da tarifa e dar condições para que a população pudesse opinar sobre os processos do serviço de saneamento praticado - através de mecanismos de controle social e da criação das agências reguladoras, tanto em nível estadual quanto municipal. Mostrou que o artigo 2º da referida lei estabelece como princípios fundamentais: a universalização do acesso; equidade; integralidade das ações; intersetorialidade; consideração das peculiaridades locais e regionais e uso de tecnologias apropriadas; eficiência, sustentabilidade econômica e modicidade tarifária; transparência das ações, baseada em sistemas de informação; controle social; segurança, qualidade e regularidade. Apresentou, em seguida, índices que considerou alarmantes no acesso ao serviço de saneamento básico no Brasil: o abastecimento de água nas áreas urbanas atinge 93,2% dos moradores; o índice de perdas de água na distribuição é de 36,7% (no Pará atinge quase 50%); a rede coletora de esgotos urbanos atinge 57,6% da população brasileira e o índice de tratamento de esgotos nas áreas urbanas é de 40,8%. Expressou que não há dados referentes ao saneamento nas áreas rurais do país. Informou então que aproximadamente 70% da população que compõem o déficit de acesso ao abastecimento de água possuem renda domiciliar mensal de até meio salário mínimo por morador, ou seja, são pessoas com baixa capacidade de pagamento. O presidente Michel Temer, logo que assumiu, enviou ao Congresso a Medida Provisória nº 727 - convertida na Lei 13334, de 13/09/16 - criando o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) que amplia a participação da iniciativa privada na prestação de serviços públicos e abre caminho para a privatização das empresas públicas de saneamento. O Governo Federal tem então pressionado os Estados para que saldem suas dívidas com a União e organizem suas finanças com a venda de bancos e empresas estaduais de saneamento e energia. Esse programa já conta com a adesão de 18 empresas estaduais de saneamento, estando a Cosanpa entre elas. A empresa foi relacionada, juntamente com outras cinco empresas estaduais de saneamento - CASAL (Alagoas), CAESA (Amapá), CAEMA (Maranhão), COMPESA (Pernambuco) e DESO (Sergipe) - para participar do processo de modelagem, preparando-a para uma futura privatização. Contraopondo-se a isso, deu a conhecer um estudo mostrando que no mundo há a tendência contrária: nos últimos anos, 180 grandes cidades do mundo remunicipalizaram seus serviços de saneamento em países capitalistas como Estados Unidos e França, inclusive a própria capital, Paris. Denunciou também o sucateamento da Cosanpa como estratégia do governo estadual para justificar e abrir caminho para a privatização. O presidente Amaury Sousa fez o registro da presença dos vereadores Moa Moraes e Lulu das Comunidades. Assumiu então a palavra a vereadora Marinor Brito e disse que nesta semana a CMB tem se debruçado sobre o tema da privatização da Cosanpa e alguns vereadores já se manifestaram contra a venda da companhia. Expressou que as bancadas do PSOL e do PT têm, ao longo dos anos, se posicionado contra a intenção privatista dos governos do PSDB. Acrescentou que o fato da tarifa cobrada por esta ser uma das menores do Brasil encontra correspondência no fato de que a Cosanpa presta um dos piores serviços do país, pois em muitos bairros e localidades a água não chega ou é de péssima qualidade. Ressaltou que os servidores da Cosanpa não podem ser responsabilizados pelo sucateamento da companhia. Pelo contrário, estão sendo prejudicados porque no ano passado não tiveram reajuste salarial. Acusou o governo estadual e o governo municipal de covardia em relação ao tema. afirmou que se Edmilson Rodrigues tivesse sido eleito, este processo estaria barrado porque os municípios têm a titularidade e são responsáveis pela concessão do serviço de saneamento. Lamentou que não se tenha força política para dizer não ao PPI, que considerou uma verdadeira chantagem contra os governos estaduais endividados com a União. Anunciou o lançamento da Frente Parlamentar contra a Privatização da Cosanpa que logo iniciará a coleta de assinaturas entre os parlamentares. O presidente Amaury Sousa justificou a ausência do vereador Toré Lima por este estar representando a Casa em atividades externas. Subiu à tribuna, em seguida, o senhor Otávio Pinheiro e esclareceu que é fundamental a participação dos vereadores da CMB no debate sobre a privatização da Cosanpa porque a empresa é estadual, mas

a concessão do serviço é municipal e Belém é o maior município do Pará. Lembrou que o ex-prefeito Duociomar Costa queria a privatização da companhia, mas isso foi rejeitado à época pela Câmara Municipal de Belém. Agora, novamente, esta Casa é chamada à responsabilidade para não deixar que ocorra a privatização da Cosanpa, orquestrada pelo governo Michel Temer com a participação do governo estadual. Disse ter certeza que a população não concorda com a privatização porque há o exemplo da Celpa, que foi privatizada e hoje presta um mau serviço, cobra uma tarifa altíssima e cobra indevidamente várias faturas dos consumidores. Pronunciou-se então o senhor José Almir Rodrigues e disse que há deficiência na prestação dos serviços de saneamento porque há muitos anos não há investimento no setor. Ademais, a Cosanpa assumiu encargos que não são de sua competência, exemplificando que o lodo retirado de fossas sépticas, que anteriormente destinava-se ao Aurá, agora é levado para a companhia, não havendo pagamento para esta despesa adicional. Acrescentou que a Cosanpa não tem um centro para desaguamento de lodo. Relatou que a UFPA participou em colaboração com a companhia de um projeto básico para captação de recursos para construção da estação de tratamento do Una. Foram captados 60 milhões de reais, que estão sendo investidos na implantação da estação. Entretanto, ela não foi planejada para receber este lodo. Informou que a UFPA tinha um convênio com o governo estadual para estudar alternativas de área para construção do aterro sanitário antes do encerramento das atividades do Lixão do Aurá. Tal convênio foi cancelado, o estudo não foi feito e hoje temos o grave problema da área de descarte em Marituba. Não foi feito nenhum estudo para avaliar quanto é necessário para resolver o problema do saneamento básico. O governo do Estado não sabe, mas o governo federal disse: vocês precisam de 11,3 bilhões de reais. Comentou que parece muito, mas para 144 municípios até 2033 é muito pouco. A UFPA foi chamada para estudar isso e fazer o que Goiás fez: levou um estudo técnico até o governo federal mostrando que o valor necessário não era o estipulado por este, solicitou a mudança e a mudança foi feita. O governo do Pará assinou um convênio com a UFPA e chegou-se ao valor da ordem de 50 bilhões de reais. O convênio foi inexplicavelmente cancelado com cerca de 60% do trabalho concluído. Além disso, continuou, há necessidade de detalhamento do Plano Municipal de Saneamento Básico que não explicita as obrigações da empresa prestadora do serviço, seja ela privada, municipal ou estadual. Outro ponto, previsto em lei, é o Sistema de Informações de Saneamento Básico, que não foi implantado. Aditou que a UFPA sempre esteve à disposição para contribuir para melhorar a vida da população, dentro de suas limitações. Se for chamada, estará pronta a colaborar. Repetiu ser necessário haver um detalhamento e atualização do plano municipal e do sistema porque, em caso contrário, as consequências negativas advirão posteriormente. O vereador Amaury Sousa registrou a presença do presidente do Partido dos Trabalhadores do Distrito de Mosqueiro, senhor Leirson Azevedo, e do senhor Gérson Dumont, militante do Fórum da Saúde. Assumiu em seguida a palavra o vereador Emerson Sampaio e considerou criminoso o PPI do governo Temer. Disse não entender por que 48% da água tratada é desperdiçada e 40% dos usuários não têm um registro. Por que há 270 milhões em caixa para investir e não se investe? Falta vontade política? Planejamento? Expressou que temos a maior reserva de água do mundo e a água no século XXI será como o petróleo no século XX, o nosso maior tesouro. Relatou que uma comunidade do Bairro da Fé, no conjunto Raimundo Jinkings, está há dois meses sem água porque a bomba caiu dentro do poço e ninguém consegue solucionar o problema. Declarou ser contra qualquer tipo de privatização e afirmou que usará todas as forças para evitar a venda da Cosanpa. Colocou seu mandato à disposição da população acrescentando que esta não se recusa a pagar pela água que consome, mas a Cosanpa não consegue levar um registro às casas dos usuários. O presidente Amaury Sousa justificou a ausência do vereador Igor Normando por compromissos externos. Expressou-se em seguida o senhor Lúcio Mateus, presidente da Associação dos Moradores do Tapanã, e informou que a população do Tapanã sofre com a falta de água. As mulheres têm que carregar água todos os dias para os afazeres domésticos. Acresceu que os moradores dos bairros da periferia também têm direito a um serviço de qualidade e não se recusam a pagar pelo serviço, mas a água que cai da torneira é imprópria para o consumo. Subiu à tribuna posteriormente o vereador Fernando Carneiro e lembrou que esta sessão não foi aprovada por unanimidade na Casa, foi aprovada por maioria porque o prefeito Zenaldo Coutinho orientou os vereadores da base a votarem contra sua realização. Asseverou que há soluções técnicas para resolver os problemas da cidade dando o exemplo da implantação da área de descarte de resíduos sólidos em Marituba. Havia alternativas apontadas em estudo feito pela UFPA, mas o governo do estado cancelou o convênio com a universidade e, em seguida, foi feito o contrato com a Revita, gerando a crise que vivemos agora. Repercutiu a informação de que há oitenta milhões de litros de chorume em Marituba e, se a empresa fechasse hoje, levaria dois anos para fazer o tratamento desse volume. Mais grave que isso, há a informação de que a empresa pretende reparar essa quantidade de chorume para a Cosanpa para que esta o descarte na Baía de Guajará. Parabenizou a Cosanpa pela participação, que considerou bastante elucidativa, do senhor Eduardo Ribeiro, representante da companhia. Chamou a atenção, entretanto, para a informação dada por este de que havia um montante de quase meio bilhão de reais que deveriam ter sido investidos até o final do ano passado e não o foram. Questionou: onde está esse dinheiro? Acrescentou que o Brasil detém 20% da água doce do planeta. A ONU identifica três bilhões de pessoas que não têm acesso à água. A falta de água mata cinco mil pessoas por dia no mundo. Não se trata, portanto, de uma questão ideológica, mas de um problema de vida. Declarou que o governo federal, o governo estadual e o municipal são a favor da privatização. O problema não é apenas técnico, mas o que falta é vontade política de um governo que aposta na privatização porque há gente ganhando dinheiro com a falta de água. Externou que esta não passará na CMB e o PSOL tem uma bancada disposta a ir às ruas para impedir que isso aconteça. Expressou-se a seguir o senhor Ronaldo Cardoso e lembrou que, quando da privatização da Celpa, o atual prefeito Zenaldo Coutinho era deputado estadual e votou a favor da privatização da companhia. Logo o povo não deve ter dúvidas quanto ao seu posicionamento em relação à venda da Cosanpa. Considerou que a tarifa da Celpa à época era adequada para a privatização, não estava defasada. Entretanto, de lá para cá, já sofreu um aumento de 513%, para uma inflação correspondente de 232%. Em

contraponto, a empresa demitiu trabalhadores, presta um péssimo serviço e faz cobranças abusivas contra a população. A ANEEL é passiva, complacente e conivente com a companhia, o mesmo ocorrendo com a ARCON e o governo do Pará. A CELPA é hoje a penúltima colocada, entre 63 empresas, no ranking nacional de satisfação dos clientes estabelecido pela própria agência reguladora. Afirmando que é isso que querem que ocorra com a Cosanpa. Informou que para cada real investido em saneamento, há economia de quatro reais em saúde pública. Não há investimento porque querem fortalecer o serviço privado. Está tudo combinado: há um golpe contra os trabalhadores na reforma da previdência e na reforma trabalhista e há um golpe contra o povo paraense na privatização da Cosanpa. Defendeu a realização de um plebiscito estadual para consultar a população quanto à privatização da companhia. Declarou ser importante lançar uma frente parlamentar contra esta privatização em nível municipal, mas o mesmo deve ser feito em nível estadual. É preciso também que os dezesseis deputados federais e os três senadores do Pará se posicionem quanto à questão. Asseverou que o diagnóstico a ser feito quanto à situação da Cosanpa é um jogo de cartas marcadas porque já se sabe o resultado: a empresa contratada para fazer o modelamento dirá que a companhia deve ser privatizada. Propôs a realização de debates sobre o tema nos distritos de Belém. Disse que a privatização da Cosanpa é contra os interesses de nosso povo porque a iniciativa privada não os prioriza, visando somente o lucro. Expressou-se em seguida o senhor Geraldo do Amaral, funcionário da Cosanpa, e explicou que a falta de água ocorre muitas vezes porque os temporais derrubam o sistema elétrico que mantém o funcionamento das bombas. As árvores da localidade do Bolonha não podem ser cortadas, o que constitui crime ambiental, e quando caem sobre a rede provocam a queda do sistema, paralisando a atividade das bombas. Isso demora muitas vezes dias para ser solucionado. Não há ninguém da Cosanpa preparado para cortar as árvores que caem: é necessário contratar alguém de fora para fazê-lo. Pronunciou-se a seguir a Dra. Eugênia Von Paumgarten e afirmou que os engenheiros da Cosanpa já esgotaram as suas possibilidades e estão cansados de fazer planos que não são colocados em prática. Denunciou que há hoje uma obsessão privatista porque é uma via para obter dinheiro, uma via para a corrupção. Disse que basta lembrar como ocorreu a privatização da Celpa: próximo de uma eleição, vendida por 450 milhões de reais e ninguém sabe até hoje onde está o dinheiro. Agora a história se repete e a Cosanpa é a bola da vez: será privatizada para se obter dinheiro para campanhas eleitorais. Agora a AMAE fez um plano e não há detalhamento de como será gasto o dinheiro. Considerou que não se trata de incompetência: os planos não são cumpridos porque o objetivo não é cumprir, quanto menos detalhamento e controle houver, mais poderá ser desviado. Externou que não precisamos de dados técnicos, precisamos de luta política, precisamos entrar na guerra para vencer. Assumiu a palavra posteriormente o senhor Emílio Almeida, presidente da Associação dos Concursados do Pará – ASCONPA, e falou em nome dos aprovados no concurso público da Cosanpa, realizado em 2013, que com muita luta foram nomeados. Infelizmente o presidente da companhia ausentou-se e agora a questão que se coloca é: como ficarão esses servidores. Julgou que, apesar de todo o esforço contrário, esta privatização está dada porque é um acordo feito pelo governo Michel Temer com o apoio de um Congresso corrupto juntamente com os donos do capital. Trata-se de um projeto do PSDB. O projeto de terceirização está em vias de ser aprovado pelos congressistas – um projeto do ex-presidente Fernando Henrique que ele, quando no poder, nunca conseguiu aprovar. Externou sua preocupação com os trabalhadores da companhia: os trabalhadores da Celpa sofreram com a privatização e os funcionários da Cosanpa também irão sofrer. Chamou atenção para que este também seja um ponto a ser enfatizado nos debates sobre o tema. Manifestou-se em seguida o senhor Antônio Carlos Saboia e afirmou que denunciará os vereadores que votaram contra a realização desta sessão. Classificou como covarde a postura do governador Simão Jatene que não mandou nenhum representante para participar deste evento. Lamentou também a ausência do Ministério Público Estadual, que se omite em relação ao tema. Assegurou que o Fórum contra a Privatização está atento para lutar contra a venda da Cosanpa. Informou que a companhia tem 724 mil ligações em todo o estado, mas somente 443 mil estão ativas. Há, portanto, 281 mil ligações inativas e um número imenso de ligações clandestinas, que não estão cadastradas. A culpa não é da população, que precisa da água. É necessário um cadastramento organizado, que hoje na Cosanpa não há. Não há um número adequado de funcionários para atender a população. Mas o governador do Estado, covarde, vai até o jornal, que ele manipula, dizer que a culpa é dos funcionários da companhia. Não é culpa dos trabalhadores e muito menos da população: tudo decorre da forma como a Cosanpa é tratada, pois esta está sendo sucateada. Contou que, há alguns anos, havia estoque de bombas para substituição em caso de necessidade. Hoje já não há. Os funcionários, que são valorosos, fazem os reparos para que a atividade continue de forma organizada. Declarou que são contra a privatização da companhia porque há outra solução. Relatou que foi elaborado, em 2014, um plano para recuperação da empresa feito pelos próprios trabalhadores. Pronunciou-se então o senhor Martinho Sousa, representante da CUT, e disse que desde agosto do ano passado a sociedade brasileira vem sendo atingida nos seus direitos e nas suas conquistas: há a progressiva retirada das políticas públicas. O governo Temer tem vinte e cinco projetos de privatização: rodovias, aeroportos, ferrovias, portos, além de companhias de saneamento e outras. Há também o comprometimento do governo estadual e do governo municipal. Defende-se a privatização argumentando que isso fará aumentar o número de empregos. Na verdade, ocorrem demissões, aumento da terceirização e precarização do trabalho. O governo mente e a própria justiça mandou tirar do ar as propagandas que defendem as reformas da previdência e trabalhista porque enganavam a população brasileira. Não haverá geração de empregos. O governo estadual está sucateando a Cosanpa e investimento nenhum está sendo feito. O Estado está trabalhando para isso porque há interesse em entregar o patrimônio público. Afirmando que a CUT estará na rua brigando pelos interesses do povo e da sociedade brasileira. Assumiu a tribuna em seguida a senhora Leny Campelo e disse que este é um momento de apropriação das informações trazidas pelos participantes. Lembrou da luta contra a privatização do SAAEB e da privatização da Celpa expondo que a população já sabe o quão danoso é quando uma empresa destas é privatizada. Acrescentou que é necessário garantir que fique na mão do Estado a prestação dos serviços essenciais. É

danoso ficar submetido a uma lógica privatista que de um lado favorece os rentistas e de outro lado garante apenas os interesses de empresas de capital estrangeiro. Expressou que o representante da Cosanpa ao dizer que para chegarmos a uma situação de universalização precisamos de recursos reproduz a fala daqueles que querem enfiar goela abaixo a reforma da previdência e a entrega do patrimônio que ainda está na mão do povo, como é o caso das companhias de saneamento. Isto é feito para beneficiar as empresas estrangeiras e o capital financeiro. Lembrou que o país sangrou 900 bilhões de reais em 2015 a título de juros, serviços e amortização da dívida pública. Em contraposição, escolhe-se não investir 50 bilhões para enfrentar o problema do saneamento básico, o que traria mais saúde e qualidade de vida para a população. Qual é então a prioridade? Que interesses estão sendo defendidos? Os do povo ou de uma meia dúzia de sanguessugas? Concluiu dizendo que o arcabouço legal foi armado para esse golpe: o PPI foi aprovado no Congresso Nacional e também na Assembleia Legislativa Estadual. Assim, será preciso buscar os caminhos legais para impedir a privatização. Citou a cláusula 14 do Contrato de Programa para a Prestação de Serviços Públicos Municipais de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário firmado entre a Cosanpa e o Município de Belém que trata da extinção do contrato e estabelece que esta ocorrerá - entre outras possibilidades - em uma situação de falência ou extinção da Cosanpa, ou no caso da companhia deixar de integrar a administração indireta do Estado do Pará. Assim sendo, caso esta seja privatizada, a cidade de Belém será obrigada a assumir um novo contrato com uma empresa privada para ter acesso a um bem essencial como a água. Considerou então necessário convocar o conselho da agência reguladora e a OAB para que esta luta possa se armar em todos os campos em que se fizer necessário, nas ruas, nos parlamentos e também nos tribunais. Assumiu a tribuna em seguida o senhor Israel Rodrigues, representante do Sindicato dos Correios, e declarou que este sindicato acompanhará a luta contra a privatização da Cosanpa. Acresceu que agora se trata de uma guerra política e é preciso acordar a população porque ela está adormecida, ainda não entendeu a gravidade da situação. Lembrou o que ocorreu com a privatização da Celpa: hoje muitas famílias estão na clandestinidade porque não têm condição de bancar o alto custo da energia. Pronunciou-se em seguida a senhora Josilene Santos, representante do Sindicato dos Servidores em Saúde, e afirmou que está montada uma quadrilha contra o serviço público e contra a população. Há dinheiro para investimentos, mas não é usado porque pretendem sucatear o serviço público para que a população pense que realmente é preciso privatizar. Citou o exemplo da Celpa, quando afirmavam que iria melhorar e foi muito pior. Agora se vive em dificuldade: as pessoas se privam de usar aparelhos para tentar diminuir o valor da conta de energia. Externou que o mesmo ocorrerá com o serviço de água. Reafirmou o compromisso dos trabalhadores em saúde contra qualquer forma de privatização. O presidente Amaury Sousa assumiu então a palavra e considerou que a sessão cumpriu seu objetivo de união entre os participantes e disse ter certeza de que hoje, com as informações repassadas pelos oradores há ferramentas suficientes para ir à rua fazer o debate e convencer a população a dizer não à privatização da Cosanpa. Encerrou então a sessão às doze horas e trinta e seis minutos. Eu, segundo secretário, lavrei a presente Ata, que depois de aprovada, será assinada pela Mesa Executiva da Câmara Municipal de Belém. Salão Plenário Vereador Lameira Bittencourt, no Palácio Augusto Meira Filho, em 17 de março de 2017.

Ver. MAURO FREITAS

Presidente

Ver. ANTONIO OLIVEIRA DE LIMA

1º Secretário

Ver. ELENILSON SANTOS

2º Secretário

ATO Nº 0576/2017, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2017.

A COMISSÃO EXECUTIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno,

RESOLVE:

REVOGAR, a partir de 28/02/2017, o Ato nº 0132/2017, de 02/01/2017, que atribuiu Gratificação de Tempo Integral no percentual de 50% (CINQUENTA POR CENTO) à servidora DANIELA DE NAZARÉ SILVA BORGES, ocupante do Cargo em Comissão “Coordenador de Gabinete – CMB-DAS-200.3”.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, EM 28 DE FEVEREIRO DE 2017.

Ver. MAURO FREITAS

Presidente

Ver. ANTONIO OLIVEIRA DE LIMA

1º Secretário

Ver. ELENILSON SANTOS

2º Secretário

ATO Nº 0558/2017, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2017.

A COMISSÃO EXECUTIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do Art. 44, Parágrafo Único, Inciso I, da Lei nº 7.502, de 20/12/90, os servidores abaixo relacionados, ocupantes de Cargo em Comissão “Secretário Legislativo”, do Gabinete do Vereador WELLINGTON MAGALHÃES, com efeitos a partir de 28/02/2017:

NÍVEL 01

DANUZIA HELAINE DOS SANTOS RIBEIRO

HUDSON PATRICK COELHO NAZARÉ

JAIR DO SOCORRO SOARES CAMPELO

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, EM 28 DE FEVEREIRO DE 2017.

Ver. MAURO FREITAS

Presidente

Ver. ANTONIO OLIVEIRA DE LIMA

1º Secretário

Ver. ELENILSON SANTOS

2º Secretário